

BOLETIM 273

Brasília, 12 de janeiro de 2017

Trabalhadores com mais de 65 anos ocupam menos de 1% das vagas formais

Proposta de reforma da Previdência prevê que brasileiro trabalhe além dos 65 anos para obter aposentadoria integral; em 2015, havia 137,6 mil trabalhadores com essa faixa etária, de um total de 48 milhões de pessoas.

Se a proposta de reforma da Previdência do governo federal for aprovada, a maioria dos brasileiros terá que trabalhar além dos 65 anos para conseguir a aposentadoria integral e manter seu padrão de vida na terceira idade. Quem optar por esse caminho, vai esbarrar em um número limitado de vagas formais para os idosos no mercado de trabalho brasileiro.

Estimativas do IBGE apontam que a população brasileira tem cerca de 16 milhões de pessoas com mais de 65 anos. No entanto, apenas 137,6 mil delas ocupam vagas formais no mercado de trabalho, de acordo com dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) de 2015. Esse grupo representa apenas 0,3% dos 48 milhões de trabalhadores formais na economia brasileira em 2015.

Além dos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), que englobam os trabalhadores celetistas (regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, a CLT), os números da Rais também incluem os servidores públicos federais, estaduais e municipais, além de trabalhadores temporários.



De acordo com a Rais de 2015, dos 5.570 municípios do país, 906 não tinham nenhum trabalhador com essa idade. A maior parte dos municípios (4.234) tinha, cada um, menos de 50 trabalhadores com 65 anos ou mais.

Entre as cidades com trabalhadores acima de 65 anos, aquela que tem mais pessoas nessa condição é São Paulo (15.756), seguida por Rio de Janeiro (10.935), Belo Horizonte (3.652), Brasília (3.508), Fortaleza (3.116), Salvador (3.072), Porto Alegre (3.011), Curitiba (2.957), Recife (2.873) e Belém (1.897).

Governo detalha proposta da Reforma da Previdência

O governo federal apresentou no início de dezembro uma proposta para a reforma da Previdência Social. Uma das principais mudanças é a criação de uma idade mínima de aposentadoria, de 65 anos, para homens e mulheres. Essa regra inviabilizaria que trabalhadores mais jovens se aposentassem por tempo de contribuição, como ocorre atualmente.

A proposta também muda o cálculo do benefício do aposentado. Para conseguir a aposentadoria integral, o trabalhador deveria contribuir por 49 anos. Ou seja, apenas aqueles que começaram a trabalhar com 16 anos teriam aposentadoria integral ao se aposentar com a idade mínima.



A proposta está em tramitação no Congresso Nacional e ainda pode sofrer modificações antes de entrar em vigor.

Idosos na economia informal - De acordo com a pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Ana Amélia Camarano, o número de idosos com mais de 65 anos trabalhando sobe quando se considera também o mercado informal.

Citando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), do IBGE, ela informou que havia cerca de 2,82 milhões de trabalhadores com mais de 65 anos no país em 2014 – enquanto que a população economicamente ativa somava mais de 100 milhões de pessoas.

"As pessoas se aposentam mais cedo. Aqui no Brasil, a legislação permite que as pessoas se aposentem cedo e continuem trabalhando. Provavelmente, muitos dos que voltaram a trabalhar estão nas atividades informais", avaliou a pesquisadora. Segundo ela, muitos trabalhadores com mais de 65 anos atuam no setor de serviços ou na agricultura.

A pesquisadora defende a necessidade de se fazer uma reforma da Previdência no país, com aumento da idade mínima, mas avaliou que é necessário oferecer um "pacote mais completo" para a população, englobando também medidas de saúde e de capacitação de idosos para o mercado de trabalho.

Empresas terão de se adaptar - Segundo Celso Bazzola, especialista em Recursos Humanos e diretor da consultoria de RH BAZZ, o mercado de trabalho mudou muito nos últimos anos. "Até 2007, 2008 havia uma tendência maior de não absorver mão de obra com uma maior idade, mas as empresas vêm percebendo que a experiência é importante. Isso já está mudando nos últimos anos", afirmou Bazzola.

Para ele, com a possibilidade de mudança nas regras de aposentadoria, com a instituição de uma idade mínima de 65 anos, conforme a proposta do governo, o

mercado de trabalho, principalmente, as empresas, terão de começar a analisar a integração de profissionais mais experientes nos seus quadros profissionais.

"Vai ser algo bastante gradativo e muito pontual [o aumento da contratação de pessoas com mais idade]. Vai crescendo conforme acontece em outros países já", avaliou Bazzola.

Bancos reduzem taxa de juros após queda da SELIC

Após a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central de cortar a taxa básica de juros de 13,75% para 13% ao ano, bancos anunciaram redução das taxas de juros das linhas de crédito para pessoas físicas e jurídicas.

No Banco do Brasil, a maior redução, de 4 pontos percentuais, será no rotativo do cartão de crédito. No cheque especial, a redução foi de 0,09 ponto percentual ao mês.

No caso das pessoas físicas, a redução foi, em média, de 0,25 ponto percentual ao mês para desconto de cheques, antecipação de crédito ao lojista e desconto de títulos.

As novas condições nos empréstimos e financiamentos estarão disponíveis aos clientes também a partir do dia 16.

A Caixa informou que irá monitorar as carteiras para possíveis ajustes de preço. Em novembro, semanas após a primeira redução da taxa Selic em quatro anos, a Caixa Econômica Federal anunciou a redução dos juros de suas linhas de crédito imobiliário.

"A taxa Selic é um dos parâmetros que norteiam as Instituições Financeiras na definição dos preços dos

seus produtos de crédito; porém, outros fatores são considerados nas análises e cálculos de composição do preço, o qual deve garantir a sustentabilidade do banco”, informou em nota.

Os créditos com taxas de juros pós-fixadas e atreladas ao CDI, que na Caixa representam cerca de 40% do crédito livre, serão imediatamente impactados pela redução da taxa Selic, segundo a instituição.

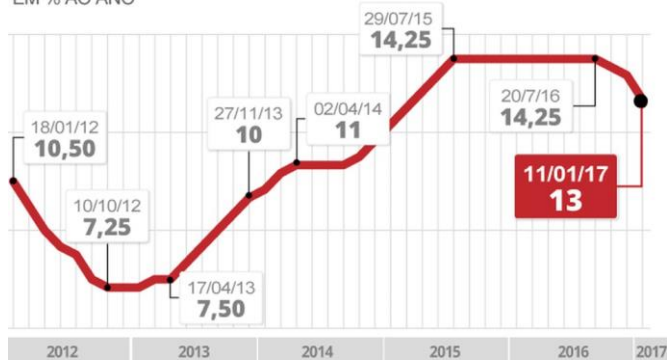
Por exemplo, para um crédito com taxa de juros de 130% de CDI pagava-se 17,88% ao ano (130% de 13,75%) e, a partir de hoje, serão pagos 16,90% ao ano (130% de 13,00%). Portanto, para essas situações, o crédito já fica mais barato.

No Bradesco, os cortes valerão a partir do dia 16 e contemplarão as linhas de crédito pessoal, financiamento de veículos e cheque especial, entre outras.

De acordo com o banco, todo o portfólio de cartões de crédito Bradesco, pessoa física e jurídica, também terá redução das taxas de juros do rotativo em 6 pontos base.

Evolução da taxa básica de juros - Selic

EM % AO ANO



G1.com.br

Fonte: Banco Central do Brasil
Infográfico atualizado em 11/01/2017

Fonte: Portal G1



Setor de serviços recua 5% até novembro, diz IBGE

De janeiro a novembro, o volume do setor de serviços acumula queda de 5%, segundo informou nesta quinta-feira (12) o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Na comparação de novembro frente outubro, no entanto, o setor registrou uma ligeira alta de 0,1%.

Setor de transportes recuou de outubro para janeiro e pressionou o índice. (Foto: Heloise Hamada/G1)

No ano, as maiores quedas partiram de transportes (-7,6%); serviços profissionais (-5,6%) e serviços prestados às famílias (-4,6%).

A atividade com maior peso na composição da taxa é a de serviços de informação e comunicação, que representa 35,7% da taxa. No acumulado do ano, a queda deste setor foi de 2,6%.

Dentro dela, o segmento mais impactado foi o de telecomunicações, que abrange celular, TV por assinatura, internet, que teve queda de 3,2%. “É um setor que sofre muitos cortes por parte das empresas e dos governos em momentos de crise”, destacou Saldanha.



País fechou 2016 com 58,3 milhões de brasileiros inadimplentes, diz pesquisa

Lista de devedores foi acrescida de 700 mil nomes na comparação com janeiro, segundo SPC Brasil e CNDL; 39% da população brasileira adulta está negativada.

O número de brasileiros na lista de devedores cresceu em 2016, alcançando 58,3 milhões de brasileiros em dezembro do ano passado, segundo estimativa do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL). O número representa um aumento de 700 mil nomes na comparação com janeiro de 2016.

Apesar do crescimento da inadimplência, a pesquisa destaca que houve desaceleração nos últimos meses. Em maio, o número chegou a 59,3 milhões de brasileiros. De janeiro a dezembro de 2015, o número de negativados aumentou em 2,5 milhões.

Segundo o levantamento, 39% da população brasileira adulta está registrada em listas de inadimplentes, enfrentando dificuldades para realizar compras a prazo, fazer empréstimos, financiamentos ou contrair crédito.

“A explicação para a desaceleração do crescimento da inadimplência desde o primeiro trimestre

do ano reside no fato de que o próprio cenário de recessão da economia, que reduziu a capacidade de pagamento das famílias, também restringiu a tomada de crédito por parte dos consumidores”, afirma o presidente do SPC Brasil, Roque Pellizzaro. “Isso quer dizer que o consumidor encontra mais dificuldade para se endividar e, sem se endividar, não pode ficar inadimplente”, completa.

Entre os mais jovens, com idade entre 18 e 24 anos, a proporção de endividados cai para 19,38%, ou 4,63 milhões. Já a população idosa, considerando-se a faixa etária entre 65 a 84 anos, a proporção é de 29,50%, o que representa 4,58 milhões de pessoas.

Os bancos concentram a maior parte das dívidas existem no país: 48,26%. Em seguida, aparece o Comércio, com 20,04% desse total; o setor de Comunicação (13,07%) e o de Água e Luz, concentrando 8,55% do total de pendências.

Fonte: G1

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Secretário para Assuntos de Comunicação

Luis Carneiro Rocha

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)